

BELO MONTE: HISTÓRIAS DE ACELERAÇÕES E INÍCIOS

Paride Bollettin

Professor na Masaryk University - República Tcheca

<https://orcid.org/0000-0002-3487-3315>

E-mail: paride_bollettin@msn.com

Rochelle Foltram

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0009-0008-8169-7925>

E-mail: rochellefoltram@gmail.com

Bepkyi Xikrin

<https://orcid.org/0009-0008-8827-0449>

E-mail: bepkyixikrin@gmail.com

Kataprove Xikrin

<https://orcid.org/0009-0009-6408-1763>

E-mail: kataproveXikrin346@gmail.com.br

Charbel El-Hani

Professor Titular do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia

<https://orcid.org/0000-0002-2308-3983>

E-mail: charbelehani4@gmail.com

RESUMO

Nesse artigo, apresentamos uma reflexão sobre a trajetória histórica que levou à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alguns dos seus impactos nos povos locais, e os protagonismos indígenas que a obra suscitou. Ao analisar a história da região de Altamira, observamos como Belo Monte constitui a aceleração de um processo de longo prazo de avanço da fronteira exploratória e desenvolvimentista. Concomitantemente, visamos identificar um paralelismo com dimensões políticas complementares, as quais permitem situar tal história em um panorama maior de definição das relações entre os povos Indígenas e a sociedade não indígena. Enfim, face aos impactos desse grande empreendimento, notamos como os povos Indígenas resistem, ganhando novos protagonismos, e focamos especialmente no ativismo das menire, as mulheres do povo Xikrin.

Pavras-chaves: Belo Monte; Barragens; Povos indígenas; Mebengokré; Amazônia.

RESUMEN

En este artículo, presentamos una reflexión sobre la trayectoria histórica que llevó a la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte, algunos de sus impactos en los pueblos locales, y los protagonismos indígenas que la obra suscitó. Al analizar la historia de la región de Altamira, observamos cómo Belo Monte constituye la aceleración de un proceso a largo plazo de avance de la frontera exploratoria y desenvolvimentista. Concomitantemente, buscamos identificar un paralelismo con dimensiones políticas complementarias, las cuales permiten situar dicha historia en un panorama mayor de definición de las relaciones entre los pueblos indígenas y la sociedad no indígena. Finalmente, frente a los impactos de esta gran empresa, notamos cómo los pueblos indígenas resisten, ganando nuevos protagonismos, y nos enfocamos especialmente en el activismo de las menires, las mujeres del pueblo Xikrin.

Palabras claves: Belo Monte; Represas; Pueblos indígenas; Mebengokré; Amazonia.

ABSTRACT

In this article, we present a reflection on the historical trajectory that led to the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, some of its impacts on local people, and the indigenous protagonisms that the work raised. When analyzing the history of the region of Altamira, we observe how Belo Monte constitutes the acceleration of a long-term process of advance of the exploratory and developmental frontier. Simultaneously, we aim to identify a parallelism with complementary political dimensions, which allow us to situate this history in a larger panorama of the definition of relations between indigenous peoples and non-indigenous society. Finally, given the impacts of this great enterprise, we note how the Indigenous peoples resist, gaining new protagonisms, and we focus especially on the activism of the menire, the women of the Xikrin people.

Keywords: Belo Monte; Dams; Indigenous peoples; Mebengokré; Amazon.

Introdução

“Tem muito Índio lá?
Tinha! [...] Mas a maioria o pessoal já acabou com eles.
Depois que fizeram a estrada, aquilo lá virou lugar de branco.
Dinheiro pra todo mundo, todo mundo é rico”
Do filme “Bye Bye Brasil”, sobre a construção da Transamazônica, direção: Carlos Diegues.

No dia 18 de Setembro de 2024, as mídias e os smartphones estão efervescentes, mensagens circulam, todo mundo repassando a notícia de que representantes dos povos indígenas Xikrin, Xipaia e Curuaia bloquearam diversas rodovias na cidade de Altamira e de que o povo Mebengokré-Xikrin bloqueou a rodovia de acesso principal ao aeroporto da cidade, parando os voos da empresa Azul por três dias. Sua demanda é de que sejam cumpridas as condicionantes do Plano Básico Ambiental (PBA) do Componente Indígena para a barragem hidrelétrica de Belo Monte. Nas mensagens e nas entrevistas à mídia, elas e eles sublinham a falta de realização de projetos e atividades de mitigação dos impactos socioambientais desse mega-empreendimento. A empresa rebate em um comunicado afirmando que efetuou investimentos bilionários na região, que edificou e mantém postos de saúde, escolas, estradas. Tratam-se de atividades previstas por lei como medidas de compensação pelos impactos da barragem nas populações e nos ecossistemas locais. Um choque de narrativas que sublinha a continuidade de uma controvérsia histórica e a pervasividade dos conflitos socioambientais na região.

Para adentrar as selvas de vidas, histórias e narrativas que envolvem a edificação e os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte, é preciso destrinchar um emaranhado de ações e políticas implementadas no lugar ao longo de décadas. Esse lugar, como descreveremos em seguida, acumula uma série de eventos para os quais as práticas dos atores sociais conferem significados e conectam o local com o global. Ao mesmo tempo, como veremos, esse mesmo lugar é também o de uma espacialização de resistências e contestações, constitutivo de práticas que desafiam a hegemonia. Nessa perspectiva, Belo Monte, a Volta Grande do Rio Xingu, a região de Altamira, as Terra Indígenas, e os demais espaços afetados pela hidrelétrica ao redor materializam-se e idealizam-se enquanto “hiper-lugares”, enquanto espaços que aglutinam esferas experienciais do político, da temporalidade, dos acontecimentos e da recusa (Lussault, 2017). Abordar essa territorialização implica mapear esses processos e tensões para acessar impactos forçados, negociações e respostas que os atores sociais desenvolveram e desenvolvem ao longo de suas trajetórias em relação ao avanço de tais impactos (Sajeva, 2020). Com afirma Ailton Krenak (2020), opor-se à uniformização da humanidade e do mundo implica arriscar uma contínua marginalização, mas ao mesmo tempo oferece a possibilidade de levantar resistências e alternativas face às dinâmicas da globalização baseada na hierarquização entre povos e entre pessoas e ambientes.

Para aproximar a experiência de resistência dos povos Indígenas mencionados acima, face ao descumprimento das condicionantes do PBA com a qual começamos esse texto, torna-se necessário percorrer essas trajetórias. Nos próximos parágrafos, nos juntaremos enquanto pesquisadores e pesquisadoras Xikrin e não-indígenas que se conhecem há mais de vinte anos ou mais recentemente, para abordar e discutir essas vivências. Em particular, é importante ressaltar que Katopore Xikrin hoje é a maior liderança da Terra Indígena Trincheira Bacajá, sendo o presidente da Associação Bebô Xikrin do Bacajá-ABEX, e que

Bepkyi Xikrin é um dos primeiros Xikrin a se formar como Agente Ambiental Indígena. Iremos nos debruçar sobre continuidades e descontinuidades dos processos de avanço da fronteira exploratória na e da região, fronteira que impacta o ambiente e os povos que nela habitam, a partir da instauração das primeiras missões evangelizadoras, do desenvolvimento da economia da borracha, da construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica), até a aceleração produzida pela edificação da barragem de Belo Monte. No último parágrafo, iremos nos deter na apropriação por parte dos Xikrins, um dos povos Indígenas afetados por esses processos, do “mundo dos projetos”, evidenciando como, face às ameaças e pressões, esse povo atua práticas de resistência e autonomia.

A cidade onde os velhos não morrem e os jovens não perdem sua força

Ubicada na Volta Grande do Xingu, a cidade de Altamira reflete um processo histórico de colonização da Amazônia. No lugar onde hoje surge a cidade foi edificado um entreposto comercial para escoar, através de picadas e estradas, a borracha, produto cobiçado pelo mercado nacional e internacional, até o porto situado no lugar em que hoje é outra cidade, Vitória do Xingu. Daqui, o material extraído da floresta pelos seringueiros poderia ser enviado afora. Todavia, essa frente colonizadora não foi a primeira. Vários povos indígenas já habitavam a região e, assim, eles se tornaram objetos das atenções de diferentes ações missionárias. Algumas dessas atividades missionárias chegaram a atrair alguns povos indígenas e constituir pequenos aldeamentos. Magalhães (2008) descreve a formação de uma dessas missões, a de Tavaquara, a qual foi formada ao redor de 1752 ao longo do Igarapé Pannels. Esse igarapé se encontra perpendicularmente à estrada que liga a cidade de Altamira ao aeroporto, a mesma barrada pelos povos indígenas na reivindicação de seus direitos na manifestação que descrevemos no começo desse texto.

No mesmo lugar, diferentes vidas, histórias e agências se entrecruzam e recompõem, redefinindo composições e relações de poder e de narrativas. Ao longo da estrada que conecta Altamira ao aeroporto, onde outrora esteve a missão de Tavaquara, representantes dos povos Xikrin, Xipaia e Curujá bloquearam diversas estradas para chamar a atenção sobre o descumprimento de seus direitos. Naquele mesmo lugar, outras pessoas, outros povos dos rios Xingu e de seus afluentes Iriri, Curuá e Baú foram aldeados para viver junto aos missionários. Alguns desses povos ainda moram na cidade de Altamira, apesar de terem sido dizimados e forçados a esconder suas identidades indígenas. Os que sobreviveram mantiveram relações com as missões e com os seringalistas, relações que desembocaram em conflitos e escravização dos indígenas.

Quando os seringueiros já tinham iniciado o massacre dos Chipáia no rio Curuá [...] Um outro grupo de Chipáia no Alto Curuá eu encontrei em condições para as quais o português só tem uma palavra que as caracteriza claramente: escravidão (Nimuendaju, 1993: 150-151).

Curt Nimuendajú viajou à região no começo do século XX, em 1917, e descreve um panorama desolador de intensos conflitos e exploração massiva dos povos indígenas. A avançada colonização da região é descrita também por vários viajantes e pesquisadores que passaram por onde hoje é a cidade de Altamira no Século XIX. Adalberto da Prússia (1849) foi na região em 1842, Carl von Steinen (1942) em 1884, Henri Coudreau (1977) em 1896. Todos eles trazem relatos sobre a presença de acampamentos para atividades extrativas de

produtos florestais, ou para caça, nos territórios do povo Juruna e de outros povos indígenas, e todos eles enfatizam a riqueza de recursos desse território. Configura-se, assim, um panorama de tensões e violência contra os povos indígenas, que a região compartilha com as demais áreas de expansão da fronteira colonial na Amazônia. Na região de Altamira, como nas demais áreas invadidas pelas frentes colonizadoras, vários povos foram dizimados e outros elaboraram estratégias de resistência, por exemplo, buscando maneiras de esconder as identidades indígenas, de “misturar-se” (Oliveira Filho, 1999) e conviver com a população nacional. Este foi o caso dos Xipaia, já descritos como extintos (Ribeiro, 1957), mas que a partir da década de 1990 reafirmaram sua identidade indígena, tendo conquistado em 2010 a demarcação de seu território. Em 2024, como mencionado acima, eles participam do bloqueio da estrada da cidade para o aeroporto para reivindicar seus direitos.

No início do século XX, pouco antes da viagem de Nimuendajú à cidade de Altamira, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPLINT), órgão oficial indigenista fundado pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Instituído pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o órgão foi formalmente oficializado em 7 de setembro do mesmo ano, coincidindo com a comemoração da independência do Brasil, a fim de consolidar suas bases positivistas (Foltram, 2017). Posteriormente, em 1918, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPLINT) foi reestruturado, resultando na remoção da seção destinada à localização de trabalhadores, ficando apenas o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (Souza Lima, 1987). Embora o SPI tenha mantido o objetivo central do SPLINT, que visava à “integração” dos indígenas à sociedade, também se dedicava à retirada de grupos indígenas de territórios considerados de interesse estatal, o que frequentemente implicava a realocação de populações inteiras para outras regiões. Esse processo, segundo Souza Lima, resultava tanto na proteção de algumas etnias, devido a conflitos fundiários, quanto na exposição dessas populações a novos problemas, como a disseminação de doenças e a relocação para áreas sem recursos adequados à sua subsistência. O SPI classificava os povos indígenas não apenas com base em suas etnias ou troncos linguísticos, mas também conforme o grau de “contato” que esses povos mantinham com a sociedade não indígena, na ótica de uma “transformação” dos indígenas em “civilizados” (Souza Lima, 1995).

Nesse processo de avanço da fronteira econômica no Brasil e promoção de postos para povos Indígenas, a cidade de Altamira consolidou-se como um importante pólo regional ao longo do rio Xingu. Mostra-se interessante a coincidência entre a consolidação do SPI e o período de fundação da cidade, conforme o site do próprio município, em 06 de novembro de 1911, com a Lei Estadual nº 1.234, quando foi emancipada do município de Souzel. Pode-se observar, nessa coincidência temporal, novamente, como a cidade se insere num panorama mais amplo de “inclusão” da região Amazônica e dos povos que nela habitavam e habitam no horizonte da expansão econômica do Estado. Suas origens estão profundamente vinculadas às missões jesuíticas estabelecidas no século XVIII e, posteriormente, à economia extrativista da borracha, que perdurou até meados do século XX. A cidade atravessou sucessivas fases de economia extrativista de produtos florestais, incluindo peles de felinos, madeiras e garimpos. Atualmente, conforme descrito pelos Xikrin, dos quais voltaremos a tratar mais adiante, a região está imersa em um novo ciclo marcado por grandes projetos, advindos da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte (Mantovanelli, 2016; Bolletín 2020a; Foltram, 2024).

Em uma análise dos primeiros cinquenta anos do SPI, Ribeiro afirma que “na verdade,

a obra de pacificação atende mais às necessidades de expansão da sociedade nacional do que aos indígenas” (Ribeiro, 1985, 169). Segundo o autor, essa “pacificação” desarmou os povos indígenas e os inseriu em uma convivência “pacífica” marcada pela fome e miséria, gerando frustração entre os funcionários do órgão que, de certa forma, estavam comprometidos com a proteção dessas populações. Com a aplicação das leis no interior do país, algumas etnias foram libertadas da escravidão e tiveram suas terras, frequentemente usurpadas por grileiros e fazendeiros, protegidas, o que intensificava a resistência daqueles que desejavam explorar os indígenas. Além disso, conflitos entre governos locais e o governo federal, seja por revoltas ou questões políticas, enfraqueceram o poder do SPI nas áreas onde atuava. Souza Lima (1985) observa que, após a tentativa do Presidente Getúlio Vargas de reformar o SPI, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) criou políticas que permitiram o deslocamento de funcionários públicos para áreas de interesse. Ribeiro (1985) identifica essas políticas como uma das principais causas da crise do SPI, pois possibilitaram a ocupação dos postos indígenas por burocratas desinteressados e despreparados, prejudicando a proteção das populações indígenas.

Em 1964, um golpe militar resultou na instauração da ditadura no Brasil. Poucos anos depois, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), constituída pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e vinculada ao Ministério do Interior, responsável por promover o “desenvolvimento” no Brasil (Corrêa, 2008; Foltram, 2017). Assim, a FUNAI emergiu como uma instituição caracterizada por seu vínculo com um estado de exceção, subordinada às diretrizes do governo militar. Em 1968, a promulgação do Ato Institucional nº 5 estabeleceu o recesso indeterminado do Congresso Nacional e suspendeu os direitos políticos, intensificando as políticas de repressão implementadas pelo regime militar a partir daquele ano (Foltram, 2017). O Estado militar brasileiro pode ser caracterizado como tendo o desenvolvimentismo como um dos seus principais lemas, promovendo a expansão do “desenvolvimento” nas várias regiões do Brasil, inclusive na Amazônia. Essa postura contribuiu significativamente para o extermínio de grupos indígenas.

A censura institucionalizada silenciou relatos sobre essas tragédias, permitindo que violações de direitos humanos, especialmente contra populações indígenas, ocorressem sem a devida atenção pública (Foltram, 2017). Todavia, algumas vozes na imprensa da época destacavam as discrepâncias entre a legislação que instituiu a FUNAI e a realidade vivida pelos povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil. Por exemplo, uma reportagem na revista *Jornal Porantim* contribuiu para o debate sobre a atuação inicial da FUNAI, denunciando a emissão de certidões negativas de terras pela fundação, permitindo a transferência de terras indígenas para empresas:

Com a Transamazônica, a vida dos Parakanã se transforma num inferno, pois a agressão passa a ser mais direta. Em novembro de 1971, um médico Antônio Medeiros, visita a Aldeia Parakanã do Lontra e denuncia o ‘quadro de promiscuidade entre índios e a gente de fora’. O médico descobriu que 35 índios e 2 agentes da FUNAI tinham doenças venéreas e como consequência 8 crianças nasceram cegas. O indigenista Antônio Cotrim Soares renunciou, nesta época, ao trabalho da FUNAI, denunciando que o episódio das doenças venéreas não era um quadro isolado, mas caracterizava a situação de quase todas as tribos recentemente contatadas ao longo das estradas amazônicas. A 2ª Delegacia Regional da FUNAI promoveu um inquérito para apurar as responsabilidades de seus funcionários, mas logo em seguida coloca o carimbo de ‘arquite-se’¹

É nesse contexto que se insere uma das maiores infraestruturas promovidas pelo

Governo militar, a construção da Rodovia Transamazônica, elemento crucial do Plano de Integração Nacional (PIN). O objetivo desse plano era assentar aproximadamente 100 mil famílias em mais de dois milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas. O então Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, afirmou que “a Transamazônica atravessaria terras pertencentes a 29 etnias indígenas, das quais 11 eram grupos isolados e 9 mantinham contato intermitente”, o que resultou em remoções forçadas (Kehl, CNV, 2014: 203).

Altamira encontra-se novamente no bojo desses planos. A abertura da BR-230, conhecida como Rodovia Transamazônica, levou aos holofotes à cidade, sendo esta a sede do empreendimento, que tinha a pretensão de conectar os oceanos Atlântico e Pacífico. O empreendimento, elaborado no governo do General Emílio Médici, foi propagandeado como uma estratégia de “integrar” a Amazonia para não “entregar”, no espírito nacionalista do regime militar. Os trabalhos de construção da estrada, inaugurada em 1972, inserem-se num projeto de colonização planejada da região, trazendo contingente de mão de obra e de colonos do Nordeste e de outras regiões do País. Esse fluxo causou uma série de consequências na região. Por um lado, a cidade de Altamira cresceu demograficamente três vezes, passando de cerca de quinze mil habitantes em 1970 para cerca de quarenta e cinco mil habitantes no final da década (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012). Por outro lado, causou um incremento sem precedentes da pressão exploratória sobre a floresta, tanto pela extração de recursos florestais quanto pela criação de colônias agrícolas na região. Por outro ainda, impulsionou a política de “atração” dos povos Indígenas que habitam a região. Tratam-se, evidentemente, de múltiplos movimentos e dinâmicas que estão estreitamente entrelaçadas entre elas (Morán 1981), a constituir um panorama de implementação de projetos de “desenvolvimento” enquanto uma modalidade de continuação de uma lógica “colonial” (Gadelha, 2002).

Pode-se observar, novamente, uma concomitância histórica significativa. A fratura da democracia com a instauração de um regime militar no País, a extinção do SPI e a criação da FUNAI, enquanto marcos de um projeto de redefinição das políticas voltadas aos povos Indígenas e suas inserções no mercado de trabalho nacional, e a realização, ainda inacabada, da Rodovia Transamazônica, a BR-230, enquanto instrumento de impulsionamento do “desenvolvimento” da região. Todas essas dinâmicas aconteceram no arco de poucos anos. Todavia, vale a pena ressaltar que estas surgem como movimentos de continuidade com o fluxo de continuadas frentes exploratórias que tinham alcançado a região. Todavia, nesse momento, na propaganda do regime militar, e no imaginário coletivo, a região de Altamira vem a tornar-se o epicentro da criação de uma nova narrativa de progresso e desenvolvimento do País. Na cidade e em sua região juntam-se as cobiças do capital e o desejo de melhorias das condições de vida da população (Machado, 2022). O que surge é uma imagem quase mágica da cidade, bem expressa nas palavras de Lorde Cigano no filme *Bye Bye Brazil* (produzido em meio a essa expansão, em 1979): “Os velhos não morrem nunca e os jovens não perdem sua força. É uma terra tão verde... Altamira!”.

De Kararaô a Belo Monte: história de uma aceleração

É nesse momento que o imaginário coletivo reconhece em Altamira uma cidade que pode oferecer qualquer oportunidade, como evidenciado pelo imenso fluxo migratório que colonizou a região e que mencionamos acima. Mas é nesse mesmo momento que outro empreendimento é impulsionado pelo regime militar: trata-se da barragem hidrelétrica

Kararaô. Essa obra foi incluída num planejamento maior de construção de uma série de barragens ao longo da maioria dos grandes rios amazônicos (Fleury e Almeida; 2013; Fearnside, 2019). Esse planejamento tinha em sua base uma noção de desenvolvimento marcada por uma ênfase no progresso econômico da região, na exploração dos recursos naturais, na “civilização” dos povos Indígenas e na inclusão da região Amazônica, incluindo Altamira, como provedora de recursos para o resto do País.

Em concomitância com os eventos mencionados acima, que se espalham entre as décadas de sessenta e setenta do século XX, em 1975 iniciou-se um mapeamento do potencial hidrelétrico da região amazônica, que resultou no Plano 2010 elaborado pela Eletrobrás (Brasil, Eletrobrás, 1987), que foi divulgado oficialmente somente depois que já tinha se tornado público. Neste Plano, estavam previstas setenta e nove barragens nos principais rios da Amazônia, e um total de quase trezentas no Brasil todo, com uma área inundada calculada em cerca de 3% da superfície florestal total da região. Dentre essas barragens, estavam incluídas duas na região de Altamira, uma nomeada Kararaô, a ser construída até o ano de 2000, e outra denominada Babaquara, a ser construída até o ano de 2005. A velocidade de construção planejada estava provavelmente baseada tanto numa confiança na aceleração do desenvolvimento econômico do País quanto na ausência de significativos impedimentos jurídicos ligados a exigências de licenciamento ambiental (Fleury e Almeida; 2013).

Com o fim da ditadura militar, foi elaborada uma nova Constituição em 1988, a qual pela primeira vez reconheceu os direitos dos povos Indígenas a suas terras e culturas (Carneiro da Cunha, 2018), graças ao protagonismo dos povos Indígenas em sua elaboração. Dentre esses direitos, a Constituição reconhece, no artigo 231, parágrafo terceiro, que projetos de “desenvolvimento” só podem ser executados com a aprovação do Congresso e após consulta aos povos Indígenas que teriam suas terras afetadas. No mesmo período pós-ditadura, foi instituído também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), fortalecendo a estrutura administrativa encarregada dos processos de licenciamento ambiental dessas obras. Todavia, essa mudança legislativa não afetou imediatamente os planos de execução das barragens de Kararaô e Babaquara (Fearnside, 2019).

Se, por um lado, a virada entre a década de 1980 e 1990 representa um marco na legislação, por outro, pode-se observar outro movimento concomitante. Em fevereiro de 1994, os povos Indígenas e outras entidades apoiadoras organizaram em Altamira o Primeiro Encontro dos Povos Nativos do Xingu, o qual teve o efeito de minar o apoio interno e externo ao projeto de construção das hidroelétricas (Fisher, 1994). O evento contou com a participação de líderes indígenas, como Paulinho Paiakan e Raoni, do povo Mebengokré-Kayapó, além do músico Sting, culminando na suspensão do megaempreendimento (Cohn, 2010). Um momento emblemático de resistência contra a hidrelétrica ocorreu quando a mulher Mebengokré Tuíra Kayapó confrontou o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, ao colocar um facão em seu rosto, simbolizando a luta dos povos indígenas contra a imposição desse projeto (Cohn, 2010, Fearnside, 2019; Foltram, 2024). Nesse panorama, os povos Indígenas da região, dentre destes os Kayapós, implementaram estratégias para enfrentar os desafios que estavam enfrentando (Turner, 1989), produzindo novas alianças (Turner e Fajans-Turner, 200&) e novas linguagens, como a cinematográfica (Turner, 1991).

Após o fim da ditadura militar, o Brasil se deparou com uma série de desafios, incluindo a recusa do Banco Mundial em financiar o projeto da barragem de Kararaô, a

ausência de eleições diretas e a moratória da dívida externa em 1986. Esses elementos, fortalecendo as reivindicações dos povos Indígenas, foram cruciais para a interrupção da construção do projeto (Fisher, 2014). Embora os povos Indígenas tenham conseguido, historicamente, escapar da colonização e se deslocar de seus territórios, atualmente a luta é contra estes novos invasores que são os grandes empreendimentos impulsionados pelo governo. Nesse contexto, Fisher (2014) observa que a resistência contra Belo Monte, promovida por povos indígenas, ribeirinhos e movimentos transnacionais, enfrentava enormes dificuldades, em virtude da política estatal e da forma como o capital era acumulado.

A realidade em torno da hidrelétrica de Belo Monte evoluiu ao longo dos anos, à medida que os governos buscaram viabilizar a obra e mitigar seus impactos, especialmente na esfera midiática. As estratégias utilizadas mobilizaram narrativas sobre “energias limpas”, obscurecendo os possíveis impactos sobre as populações (Avelar e Pinto Neto, 2020; Weissermel, 2021; Klein, 2022; Kramer et. al. 2022). Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o projeto Avança Brasil, que previa a construção da barragem no sítio Pimentel ou Bananal, o que resultaria na inundação de várias aldeias. Posteriormente, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o projeto foi priorizado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Cohn, 2010). Com a chegada do governo do Presidente Jair Bolsonaro, todas as turbinas de Belo Monte foram finalmente inauguradas (Foltram, 2024). No entanto, a versão atual do projeto não provocou a inundação de aldeias e Terras Indígenas para a formação do reservatório necessário à produção de energia, mas incluiu o desvio do curso do rio e a construção da barragem na área que hoje corresponde à cidade de Belo Monte, originando assim o nome da hidrelétrica (Cohn, 2010).

Thais Santi, Procuradora da República em Altamira, em entrevista a Eliane Brum para o jornal *El País* (Brum, 2014), analisa a instalação da hidrelétrica de Belo Monte em terras da União. Segundo Santi, essa ocorrência se deu porque o Estado brasileiro assumiu o compromisso de presença na região, envolvendo o IBAMA e a FUNAI na implementação do megaempreendimento. Essa situação resultou em uma ambiguidade entre os setores privado e estatal. Quando o Ministério Público Federal (MPF) apresenta condicionantes para questionar a Norte Energia, a empresa titular da barragem de Belo Monte, a União posiciona-se a favor da empresa, alegando que Belo Monte é um projeto do governo. Entretanto, a empresa se apresenta como uma entidade privada ao lidar com as exigências legais, transferindo assim a responsabilidade para o Estado (Foltram, 2024).

Nesse contexto, Santi (Brum, 2014) enfatiza que Belo Monte exemplifica uma peculiar fusão entre interesses estatais e privados. Além disso, é crucial considerar que a Presidência da República define a direção do Ministério do Meio Ambiente, que, por sua vez, nomeia a presidência do IBAMA. Essa configuração revela um conjunto de ajustes destinados a assegurar a supremacia de Belo Monte, que foi priorizado como um projeto estatal a ser concretizado, quase como se as leis vigentes fossem suspensas para permitir sua instalação e operação. Essa dinâmica é evidente na aprovação de licenças que Belo Monte obtém, frequentemente sem atender às condicionantes estabelecidas (Foltram, 2024). Por sua vez, as falhas nos processos de licenciamento ambiental, como discutido pela Procuradora Thais Santi, e debatido por outros autores (Hernandez, 2023), além de afetar dramaticamente o meio ambiente, também produziram efeitos sobre as populações locais. A resistência dos povos afetados, portanto, não constitui somente uma reivindicação dos próprios direitos, mas

sublinha uma politização das relações entre humanos e ambiente, uma “cosmopolítica de resistência” (Azevedo e Weissermel, 2023).

Para Mantovanelli (2016), com a construção da barragem de Belo Monte inicia-se a “era dos impactos” pelos povos indígenas da região. Estes, dentre os quais os Xikrin, dos quais voltaremos a tratar em seguida, participam de reuniões com os representantes da Norte Energia, envolvendo a análise das dinâmicas de participação e das práticas institucionais desses agentes. Isso abrange desde os locais que ocupam nos gabinetes até suas posturas, as falas proferidas e a documentação produzida. Apesar de as reuniões não corresponderem às expectativas dos Xikrin, eles se engajaram nesses encontros na tentativa de gerar efeitos que fossem significativos para suas realidades, mesmo reconhecendo que as declarações dos representantes brancos muitas vezes não refletiam a verdade (Mantovanelli, 2016).

Insatisfeitos com o processo de mitigação dos impactos de Belo Monte, os Xikrin ocuparam o canteiro de obras da hidrelétrica no Sítio Pimentel, onde foi construída a ensecadeira para a barragem do Xingu, em julho de 2012 (Cohn, 2014). A decisão dos Xikrin de se unir a esse movimento decorreu do descumprimento, por parte da Norte Energia, do Parecer Técnico 21, que estipulava 44 condicionantes determinadas pelo IBAMA. Entre essas condicionantes, destacava-se a exigência de um estudo sobre o rio Bacajá, uma vez que esse documento classificava os Xikrin como pertencentes ao grupo 2, como afetados marginalmente pelo megaempreendimento, considerando sua distância em relação ao local da obra, em comparação a outros grupos (Mantovanelli, 2016). Os Xikrin permaneceram nesse espaço, como uma forma de resistência política, durante 21 dias, aliando-se a outras etnias e ribeirinhos. Nesse período, foram realizadas duas reuniões: uma voltada para a negociação coletiva com todas as etnias e outra para discussões em grupos separados, o que acabou resultando na desmobilização do movimento de resistência e ocupação do canteiro (Cohn, 2014). Os debates e os embates ao longo do processo de construção da barragem de Belo Monte resultaram em uma guerra de narrativas sobre a hidrelétrica nas mídias (Paes, Sarmiento e Pontes, 2021), entre os apoiadores em nome do crescimento econômico, que substituiu a retórica do desenvolvimento, e seus opositores, com um impacto para além da região, para além do Brasil, tornando-se um tema de alcance internacional, como tinha sido no caso da barragem de Kararaô. Nesse sentido, a resistência indígena face a Belo Monte tornou-se inspiração para lutas sobre os usos dos recursos naturais também em outros lugares (Fearnside, 2017).

Esse quadro delinea uma dinâmica ao mesmo tempo de continuidade e de ruptura com a trajetória de exploração socioambiental da região, nas formas que tinham assumido nas décadas anteriores. Se, por um lado, pode-se reconhecer uma atitude desenvolvimentista nos diferentes governos que se seguiram, culminando na continuidade de uma política predatória na região (Cunha e Ferraz, 2022), assim como acontece com outras grandes obras, em outras partes da Amazônia e para além (Zhour, 2012). Os impactos da construção de Belo Monte afetam povos Indígenas (Oliveira e Cohn, 2014), populações ribeirinhas (Fainguelernt, 2020) e populações urbanas (Miranda Neto, 2014). Os resultados são devastadores e desestruturantes do tecido socioambiental da região, com um massivo aumento populacional similar ao que tinha acontecido nas décadas anteriores, com a construção da Rodovia Transamazônica (Figueredo e Saraiva, 2018), e similar aos resultados da implementação de outros projetos hidrelétricos (Alarcon et al., 2022). Desencadeou-se um processo de segregação espacial através dos deslocamentos das populações e do aumento da desigualdade

social na região, tanto em Altamira (Estornioli e Miranda Neto, 2021), como na vizinha cidade de Vitória do Xingu (Oliveira e Costa, 2024). Como ficou evidente, a construção da barragem de Belo Monte não foi um evento isolado, mas sim acelerou um processo de avanço das fronteiras exploratórias socioambientais na região de Altamira e do rio Xingu e seus afluentes.

Início, meio, início

Como apresentamos nos parágrafos anteriores, a construção da barragem de Belo Monte afeta massivamente a região da Volta Grande do Xingu, da cidade de Altamira e outras, e insere-se num processo que inclui atividades missionárias, exploração de recursos florestais, abertura da Rodovia Transamazônica, e que sofreu uma aceleração com a construção da hidrelétrica. Ao longo dos parágrafos anteriores, mencionamos repetidamente o povo Xikrin que habita a Terra Indígena Trincheira-Bacajá, e mencionamos como, neste contexto, eles vieram a se confrontar com uma nova época, a “época dos impactos” (Mantovanelli, 2016). Todavia, seria errado pensar que os Xikrin, assim como os demais povos Indígenas, bem como as comunidades ribeirinhas da região, tenham enfrentado de forma passiva as mudanças que vêm sofrendo. No exemplo com o qual abrimos esse texto, a ocupação das estradas que conectam a cidade de Altamira com o aeroporto, os povos Indígenas mobilizaram-se ativamente para reivindicar seus direitos, expressando sua agência e protagonismo na resistência aos impactos diretos e indiretos desse megaempreendimento desenvolvimentista. Todavia, gostaríamos de nos voltar para outras dinâmicas de resistência.

Em inúmeras oportunidades e em momentos diferentes, os Xikrin evidenciaram as preocupações com as mudanças socioambientais oriundas, direta ou indiretamente, da barragem de Belo Monte. Todavia, a partir de sua história recente, definiram um horizonte dentro do qual inserir esses acontecimentos. Conforme descrito em outros trabalhos (Fisher, 1991; Cohn, 2005; Bollettin, 2015, 2020), os Xikrin passaram por uma trajetória que se entrecruza com o avanço da fronteira exploratória na região. Oriundos do sul do Pará, em meados do século passado fixaram-se na região ao longo do Rio Bacajá, depois de tentar se esquivar da presença invasiva dos kuben, dos não-indígenas. Na década de 1970, eles aceitaram a convivência com a sociedade nacional a partir através da atuação da FUNAI, que, no período da ditadura militar, implementou um massivo esforço para “atrair” e “pacificar” os povos Indígenas da região, como parte de um projeto mais amplo de “desenvolvimento”, no qual se inseria, de maneira central, a construção da Transamazônica. Em seguida a esse processo, os Xikrins encontraram-se envolvidos em uma sequência de relações com diferentes atores não-indígenas. Nesse contexto, os Xikrins também começaram a ser coagidos no sistema de “atração” implementado pelo estado nacional, que visava a inserção dos povos Indígenas em políticas de desenvolvimento de atividades econômicas (Fisher, 1996; 2000; Cohn, 2005; 2007; Bollettin, 2020a).

Ao conversar com o primeiro autor desse texto sobre essa trajetória e sobre como eles imaginavam a construção de Belo Monte, Bepdjai Xikrin (in memoriam) bem expressou essa dinâmica, em 2009: “teve a época das peles, a época da madeira, a época do ouro e agora tem a época dos projetos”. Naquele momento, as consequências socioambientais da barragem ainda estavam pouco claras e de difícil avaliação, pela sobreposição de narrativas contraditórias e conflitantes. Todavia, em suas palavras, Bepjay, assim como inúmeros outros

Xikrins, identificava com consciência a continuidade do processo exploratório levado a cabo pelos atores não-indígenas sobre e na região. Ao mesmo tempo, na menção aos “projetos”, ele evidenciava uma expectativa, antecipando dinâmicas que uma década depois se tornariam centrais nas experiências dos Xikrin-Mebengokré. Por sua vez, conforme debatido em entrevista por Vanessa Lea (Danaga et al. 2012), a “era dos projetos”, ou “era das mitigações” pode ser entendida em continuidade com a “era das dádivas”, que, na postura do SPI, se baseava na oferta aos povos indígenas de bens aparentemente sem contrapartida. Essa postura se baseava numa perspectiva dos povos Indígenas como grupo necessitados, que deveriam ser tutelados pela sociedade nacional. Como veremos em seguida, os Xikrin, e especialmente as *menire*, as mulheres, desafia(ra)m essa perspectiva ao apropriar-se dos projetos.

Quando começaram as obras do canteiro de construção da barragem de Belo Monte, com a Licença de Instalação No. 720/2011, foi também inaugurado o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBACI), que tomou inicialmente a forma de um Plano Emergencial, estendendo-se de janeiro de 2011 a setembro de 2012, e que se resumia a compras entregues a cada aldeia (Mantovanelli, 2016). Nesse contexto, os Xikrin expressaram repetidamente suas preocupações quanto aos possíveis impactos da obra, lamentando a falta de estudos adequados sobre a possíveis mudanças no curso do Rio Bacajá, que atravessa sua Terra Indígena (veja-se, por exemplo: Xikrin em Mantovanelli, 2016: 182; e Xikrin em Foltram, 2024: 42), os quais eram parte das condicionantes definidas pelo IBAMA. Todavia, após a apresentação do Plano Básico Ambiental nas aldeias, dos Xikrins e dos demais povos afetados, o IBAMA concedeu, em 1 de junho de 2011, a Licença de Instalação No. 795/2011.

55

A partir desse momento, os Xikrins começaram a mergulhar num universo de “projetos feitos para não dar certo” (Xikrin em Foltram, 2024: 49). Dentre estes, foram implementadas atividades de monitoramento da caça e da pesca, que, todavia, os Xikrins lamenta(va)m não produzirem informações fidedignas sobre a diminuição dos estoques de animais e peixes presentes nas matas e no rio (Xikrin em Bollettin, 2022). Uma das críticas que os Xikrins movem a estes projetos é de que eles não levam em conta as diferentes relações ecológicas experimentadas por eles e pelos kuben. No caso dos Xikrin, essas relações se baseiam no reconhecimento de uma agência difundida entre humanos e outros-que-humanos, expressas, por exemplo, no protagonismo do kaprã, jabuti, nos rituais (Bollettin, 2019), ou das plantas cultivadas nas roças (Bollettin, 2020b). Outros projetos implementados foca(va)m, por exemplo, no plantio de cacau para venda no mercado regional e geração de renda, aplicando assim uma lógica mercantilista e objetivante das relações ecológicas.

Esse cenário se transforma quando os Xikrin passam a ser gestores de seus próprios projetos, por meio da Associação do Bebô Xikrin do Bacajá (ABEX), como ocorre com a iniciativa da coleta de Castanhas-do-Brasil. Na década de 1990, as castanhas eram coletadas e entregues a um barco da FUNAI, que as comercializava no mercado local e, posteriormente, retornava às aldeias com bens de consumo, como forma de pagamento (Foltram, 2024). Com a organização política dos Xikrin e a criação de associações próprias, tornou-se viável uma estrutura autônoma de coleta, que envolve a formação de pairoleiros e agentes ambientais para o monitoramento do território, utilizando a safra de castanhas como marcador de atividade. Esses agentes também integram uma organização mais ampla, a Rede de Cantinas da Terra do Meio², na qual as castanhas são negociadas a preços justos, em benefício das 32 associações indígenas e ribeirinhas que compõem essa rede (Foltram, 2024).

É relevante destacar a participação das *menire*, das mulheres Xikrin, nos projetos desenvolvidos pela ABEX, especialmente no tocante à produção de óleo de coco babaçu. As mulheres Xikrin lideraram a iniciativa num primeiro projeto exclusivamente feminino, planejado e gerido por meio de sua associação. Nesse contexto, as Xikrin convocaram a empresa Norte Energia para uma reunião visando discutir a coleta e a comercialização do óleo de babaçu por meio da ABEX. Esse projeto foi consolidado entre 2017 e 2019, período no qual foram instaladas duas mini usinas de extração de óleo de babaçu na Terra Indígena Trincheira Bacajá, nas aldeias Potkrô e Bacajá, além de ser a primeira vez que a Norte Energia repassou dinheiro para uma associação indígena gerir seu próprio projeto. A produção do óleo de babaçu, denominado Menire³, alcançou reconhecimento internacional ao receber uma menção honrosa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (Foltam, 2024).

Em suas palavras, é claro como os Xikrin percebe(ra)m que os projetos implementados no contexto do Plano Básico Ambiental não consegue(ia)m ser implementados por falta de um verdadeiro protagonismo Indígena. A esta situação já precária e conflitiva, veio a somar-se em 2020 a pandemia de Covid-19, a qual tornou ainda mais difícil a situação na Terra Indígena (Foltram, 2024).

Nessa situação, para solucionar a falta de recursos e de apoio no contexto dos impactos somados da barragem de Belo Monte e da pandemia, as *menire*, mulheres da aldeia Pryndjãm, lideradas por Kokoró Xikrin, decidiram implementar um outro empreendimento: a produção de máscaras com os grafismos Xikrins. Esses grafismos são realizados pelas mulheres em seus corpos e nos corpos de filhos, irmãos e maridos com uma mistura de jenipapo e carvão, como uma forma de expressar, através de uma ética-estética, seus universos relacionais (Vidal, 2000; Cohn, 2000; Bollettin, 2008). Cada uma das inúmeras pinturas associa a subjetividade de seu portador com aquela de sua rede de parentesco, assim como apresenta publicamente a situação individual da pessoa. Naquele momento, todavia, as *menire* resolveram multiplicar esse poder agentivo das pinturas, apropriando-se dos instrumentos e das dinâmicas associadas ao mundo dos *kuben*, dos não-indígenas, dando continuidade à reivindicação de seus espaços na arena política (Mantovanelli, 2019).

A proposta das *menire* foi apoiada pela loja virtual de produtos Indígenas Tucum Brasil, que começou a comprar a quase totalidade das máscaras produzidas e a antecipar os valores necessários para a aquisição de tecidos e tintas Acrilex® (Foltram, 2024). Com o apoio da FUNAI, que levava as máscaras e os outros itens, pois em breve tempo as mulheres começaram a pintar também tecidos, bolsas e outros, para Altamira, o projeto ganhou outra dimensão. A Associação Indígena Bebô-Xikrin do Bacajá, na qual os Xikrins estão organizados, criou, com a ajuda da segunda autora deste texto, uma loja virtual no WhatsApp para promover a venda dos produtos. O lucro de cada venda era repassado a cada *menire*, para seu sustento e da sua família na pandemia. Todavia, uma vez inseridos nos circuitos das aldeias (Foltram, 2024), os recursos eram mobilizados e circulados para sustentar também as diferentes redes de parentesco que estruturam a coesão das comunidades (Fisher, 1991; Bollettin, 2020a). Quando do fim da pandemia, através de uma parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), as *menire* conseguiram levar seus tecidos pintados para o Acampamento Terra Livre de 2021, em Brasília. Dessa forma, as pinturas viraram instrumento não somente de geração de renda, mas também de multiplicação do engajamento político, como mostra o fato de que, no ano seguinte, no Acampamento Terra Livre de 2022,

mais *menire* participaram presencialmente e ativamente. Pode-se observar como, a partir da apropriação da lógica dos “projetos”, a mesma proposta pelo Plano Básico Ambiental como medida de compensação dos impactos de Belo Monte, as *menire* reviraram as estruturas de poder e começaram a reivindicar autonomia financeira e política, expressando sua resistência face aos desafios enfrentados.

Outra torção veio a acontecer em 2024, quando pela primeira vez as *menire*, em colaboração com os primeiros dois autores deste texto, tomaram a frente da ideação, organização e curadoria da exposição “Menire nhõ kubēkà ôk: As mulheres Mebengokré e seus tecidos pintados”⁴, realizada no Departamento de Antropologia da Masaryk University, na República Tcheca. As primeiras conversas para essa iniciativas envolveram a Associação Indígena Bebô-Xikrin do Bacajá e seu presidente Katopore Xikrin, um dos autores do presente artigo, e a liderança feminina Ngrenhrarati Xikrin, a qual prontamente sugeriu o tema da exposição. As *menire* selecionaram dez delas de diferentes aldeias e, entre estas aldeias, se encontrava também Pryndjãm, onde reside Kokoró, mencionada acima, que é uma das iniciadoras do projeto das pinturas. Elas pintaram diversos grafismos representando figuras como a tartaruga, as cobras, as borboletas e outros elementos simbólicos, em diferentes padrões. Cada peça exposta é acompanhada na exposição de um áudio gravado pela própria artista, além de uma fotografia sua, proporcionando uma experiência imersiva e autêntica do universo visual Xikrin. A tecnologia desempenhou um papel crucial na construção da mostra, uma vez que, utilizando ferramentas de comunicação digital, foi possível obter os áudios e fotografias diretamente das aldeias. A tecnologia permitiu também que cerca de dez *menire* participassem virtualmente na abertura da exposição, no dia 19/11/2024.

57

Sem dúvida, esse momento foi histórico tanto para as mulheres Xikrin quanto para a universidade. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em sua forma mais prejudicial, impulsionou as *menire* Xikrin a buscarem o mundo dos projetos, permitindo que elas conquistassem os recursos necessários para seu sustento, após uma década de transformações aceleradas em suas vidas. No entanto, o impacto de Belo Monte não considerou o engajamento político, o poder de mudança e resistência que esse processo de possível etnocídio despertaria. O poder político das *menire* Xikrin reside em suas vozes e na criação de seus projetos autônomos, readaptando-se às dinâmicas globais na diferença colonial (Mignolo, 2003).

Começamos este texto com um evento de protagonismo indígena na reivindicação de seus direitos e pela efetiva implementação das medidas de compensação dos impactos da barragem de Belo Monte. Seguimos descrevendo as dinâmicas históricas, políticas, econômicas, sociais que levaram à construção dessa barragem e aos impactos que esta teve sobre as populações locais. No parágrafo final do texto, resolvemos adentrar a agência dos Xikrins e a forma como eles, e especialmente as *menire*, apropriaram-se do mundo dos projetos, um dos efeitos da barragem, para ganhar voz e fortalecer sua resistência face aos impactos socioambientais que estão sofrendo. Enfim, o fato de termos construído esse trabalho a partir de uma colaboração efetiva entre Xikrin e parceiras e parceiros não-indígenas constitui mais um momento de protagonismo e de retomada de suas vozes na arena política e ambiental. Um protagonismo que se segue quando, em 2023, nos juntamos, Xikrin e não-indígenas pela primeira vez para palestrar em um evento na Universidade Federal da Bahia (Xikrin, Xikrin e Bollettin, 2024).



A grande deformação: uma análise antropológica sobre os grandes empreendimentos desenvolvimentistas

O objetivo desse texto é evidenciar como, apesar de décadas de avanço da fronteira exploratória na região, e apesar da aceleração ocorrida com a construção de Belo Monte, os povos Indígenas continuam protagonistas de suas existências e resistências. Este é um panorama que assume a forma da ressurgência de povos outrora forçados a esconder sua identidade, da ocupação de estradas que levam da cidade até o aeroporto onde outrora havia missões, e finalmente de apropriação das vozes na FAO e nas universidades com suas produções, suas estéticas, vozes e presenças. Este é um movimento que remete ao início de outra história nos termos próprios desses povos afetados por Belo Monte e por tudo que levou até sua construção. Ou melhor, mobilizando as palavras do intelectual quilombola Nego Bispo, “um início, meio, início” (Santos e Mayer, 2020).

Notas

¹Jornal Porantim, Brasília, julho de 1979: 3. O jornal Porantim foi criado em 1978, pelo Conselho Indígena Missionário, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ainda em funcionamento, e sediado na cidade de Brasília (DF), tal jornal é um importante meio de comunicação das populações indígenas com outros grupos da sociedade brasileira. Sobre esse periódico, ver Vieira (2000).

²A Rede de Cantinas da Terra do Meio é uma organização composta por cerca de 32 associações indígenas e ribeirinhas situadas na região de Altamira, no Pará, Brasil. A rede promove a comercialização de produtos florestais não madeireiros, como castanha, babaçu, farinha de mandioca, sementes, borracha e artesanato. Todos os produtos provêm de territórios protegidos, e a rede se empenha em buscar mercados que ofereçam preços justos, permitindo a circulação de capital entre essas comunidades ao longo de todo o ano. Além disso, a Rede de Cantinas realiza formações políticas e assembleias regulares, nas quais os povos envolvidos discutem o manejo sustentável dos recursos florestais e negociam os preços de seus produtos.

³Ver mais sobre os produtos das mulheres Xikrin em: @menirexikrin

⁴Uma versão virtual dessa exposição está disponível em: https://anthro.sci.muni.cz/vystavy/menire_fabrics (Acesso em 6 de fevereiro de 2025).

Referências

59

Adalbert Of Prussia. *Travels in the South of Europe and in Brazil with a Voyage up the Amazon, and Its Tributary the Xingu, Now First Explored*. Vol. 2. David Bogue, London, 1849.

Alarcon, Daniela Fernandes, et al. (Orgs). *Setor elétrico e terras indígenas: danos socioambientais da infraestrutura de produção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

Avelar, Idelber; Pinto Neto, Moysés. "Energia limpa e limpeza étnica: As condições discursivas, jurídicas e políticas do ecocídio de Belo Monte". *Luso-Brazilian Review*, v. 57, n. 1, p. 150-171, 2020. <https://doi.org/10.3368/lbr.57.1.150>

Azevedo Chaves, Kena; Weissermel, Sören. "The Cosmopolitics of Resistance: The Belo Monte Dam and the Struggle of Riverine Communities". *Society & Natural Resources*, v. 37, n. 5, p. 809-825, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1080/08941920.2023.2199689>

Bollettin, Paride. *Identità e Trasformazione. Processi del Divenire in una Comunità Amazzonica*. Padova: CLEUP, 2020a.

Bollettin, Paride. "Produzione orticola ed esperienza sociale tra i mebengokré dell'Amazzonia brasiliana". *Visioni LatinoAmericane*, vol. XII, n. 23, p. 90-110, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.13137/2035-6633/30784>

Bollettin, Paride. "Miti multispecifici: mito ed esperienza interspecifica in Amazzonia".

America Critica, vol. 3, n. 1, p. 91-112, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13125/americacritica/3598>

Bollettin, Paride. Incontri nell'Amazzonia brasiliana. *Informacion y Cooperacion*, vol. 6, n. 2: p. 30-38, 2015.

Bollettin, Paride. *O meu lugar no mundo. Imaginário*, v. 16, p. 95-127, 2008.

Brasil. Comissão Nacional Da Verdade. *Tomo I, Parte II. Violação aos direitos dos povos indígenas. In: Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura*. Brasília, 2014.

Brasil. Ministério Do Interior. *Relatório Figueiredo*. Jader Figueiredo (relator). Brasília, 1967.

Brazil, Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras). *Plano 2010: Relatório geral, Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1987. Disponível em : <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/Q4D00004.pdf> (ultimo acesso em 31 de outubro de 2024).

Brum, Eliane. "Belo Monte: Anatomia de um Etnocídio. Entrevista com A procuradora da República Thais Santi". *El Pais*, 01 de dezembro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html (ultimo acesso em 31 do outubro de 2024).

Carneiro Da Cunha,Manuela. "Os Índios na Constituição". *Novos Estudos Cebrap* 36, n. 3, p. 429-443, 2018. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030002>

Chambouleyron, Rafael; Alonso, José (Editors). *T(r)ópicos de História. Gente, Espaço e Tempo na Amazônia* (Séculos XVII a XXI). Belém: Acai, 2010.

Cohn, Clarice. "O fim do mundo como o conhecemos: os Xikrin do Bacajá e a barragem de Belo Monte". In Oliveira, João Pacheco de e Cohn, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*, p. 253-276. Brasília: ABA, 2014.

Cohn, Clarice. "Belo Monte e processos de licenciamento ambiental:: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos". *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 224-251, 2010. <https://doi.org/10.52426/rau.v2i2.34>

Cohn, Clarice. "Relações de diferença no Brasil Central". *Tese de Doutorado*: Universidade de São Paulo, 2005.

Cohn, Clarice. "A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado". *Tese de Mestrado*,. SBD-FFLCH-USP, 2000.

Corrêa, José Gabriel S. "A ordem a se preservar: gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak". Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

Coudreau, Henri. *Viagem ao Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia*; São Paulo: Edusp, 1977.

Cunha, Brunno Victor Freitas; Ferraz, Izabela Santarelli. "Rastros e ruínas da mercantilização da natureza: o Estado e a expansão do capital na Amazônia brasileira a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte". *Revista de Ciências do Estado*, v. 7, n. 2, p. 1–27, 2022. <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2022.36093>

Danaga, Amanda; Santiago, Ana Elisa; Lima, Clarissa; Bertolin, Gabriel; Eckart, Jan-Arthur; Bento, Rodolpho; Montovanelli, Thais. "Na era das dádivas, encontros com os Kayapó-Mebêngôkre: Entrevista com Vanessa Leia". *Revista de Antropologia da UFSCar*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 176–197, 2012. DOI: <https://doi.org/10.52426/rau.v4i2.84>

Davis, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Zahar. Rio de Janeiro, 1978.

Estronioli, Elisa Mergulhão; De Miranda Neto, José Queiroz. "A Hidrelétrica de Belo Monte como fator de segregação socioespacial: uma análise a partir da cidade de Altamira-PA". *Novos Cadernos NAEA*, v. 24, n. 3, p. 219-238, 2021. <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v24i3.9273>

Fainguelernt, Máira Borges. "Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise da visão das populações ribeirinhas das reservas extrativistas da Terra do Meio". *Civitas: revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 1, p. 43–52, 2020. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.1.35906>

Fearnside, Philip. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2019.

Fearnside, Philip. "Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle". *Die Erde*, vol. 148, n.2-3, p. 167-184, 2017. <https://doi.org/10.12854/erde-148-46>

Figueredo, Augusto César Pinto e Saraiva, Luís Junior Costa. "A prostituição em grande projetos na Amazônia: O impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte". *Nova Revista Amazônica*, v. 6, n. 4, p. 69-77, 2018.. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v6i4.6467>

Fisher, William. "O Contexto institucional a megaprojetos amazônicos; In: A produção de um dossiê sobre um processo em curso". In Oliveira, João Pacheco de e Cohn, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*, p. 133-142. Brasília: ABA, 2014.

Fisher, William. *Rain forest exchanges: industry and community on an Amazonian frontier*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2000.

Fisher, William. 'Xikrin do Bacajá: no centro da predação'. In: Ricardo, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995*, p. 399-401. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

Fisher, William. "Megadevelopment, Environmentalism, and Resistance: The Institutional Context of Kayapó Indigenous Politics in Central Brazil". *Human Organization*, v. 53, n. 3, p. 220-232, 1994.

Fisher, William. "Dualism and its Discontents: Social Process and Village Fissioning Among the Xikrin Kayapo of Central Brazil". Tese de Doutorado: Michigan, UMI, 1991.

Fleury, Lorena Cândido e ALMEIDA, Jalcione. "A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento". *Ambiente e Sociedade* v. XVI, n. 4, p. 141-158, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>

Foltram, Rochelle. "O Estado Militar e as populações indígenas: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani". *Dissertação de mestrado*, UFVJM, 2017.

Foltram, Rochelle. "Vozes das Catástrofes: Teias de resistência Xikrin entre Belo Monte e a COVID-19". *Tese de doutorado*, UFSCAR, 2024.

Gadelha, Regina Maria Fonseca. "Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil". *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200005>

Hernandez, Francisco Del Moral. "Usinas hidrelétricas, represas de rejeitos de mineração, aninhamento e fragilização do licenciamento ambiental e da escolha racional". *Cadernos de História da Ciência*, v. 17, p. 01-60. <https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2023.v17.39174>

Klein, Peter Taylor. *Flooded: development, Democracy, and Brazil's Belo Monte Dam*. London: Rutgers University Press, 2022.

Kramer, Gilsei, et al. "Usina hidrelétrica de Belo Monte: empreendimento grandioso e (in) sustentável?". *Revista Brasileira De Geografia Física*, v. 15, n. 2, p. 10241034, 2022.. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v15.2>

Krenak, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2020.

Lussault, Michel. *Hyper-lieux. Les nouvelles géographies politiques de la mondialisation*. Paris: Seuil, 2017.

Macedo, Eric Silva. "A invenção do progresso: Bye Bye Brasil e o espaço-tempo colonial". *Mana*, v. 28, n. 2, p. 01-33, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a205>

Magalhães, Antonio Carlos. "Identidade e Reconhecimento Étnico: Índios Citadinos em Altamira". Belém: *Instituto Humanitas*, 2008.

Mantovanelli, Thais. " "Não Sou Homem Para Estar aqui": As Menire [mulheres] Mëbengôkre-Xikrin Da Terra Indígena Trinchiera-Bacajá E a política Dos Brancos De Belo Monte". *R@U*, v. 11, n. 2, p. 275-292, 2019. <https://doi.org/10.52426/rau.v11i2.322>

Mantovanelli, Thais. "Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos". *Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, São Paulo, 2016.

Mignolo, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

Miranda Neto, José Queiroz. "Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA". *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 02, n. 13, p. 43-57, 2014. <https://doi.org/10.17271/231884722132014766>

Morán, Emílio. F. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

63

Nimuendajú, Curt. *Etnografia e Indigenismo, sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Organização e apresentação de Marco Antonio Gonçalves*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

Oliveira, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

Oliveira, João Pacheco de e Cohn, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014.

Oliveira, Liviana Norberta, CORNÉLIO, Genilson Santana e Costa, Maria Josiene de Castro. 2024. "Transformações espaciais na cidade de Vitória do Xingu a partir da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte". *Revista Geonorte*, vol. 15, n. 50: 258-274. <https://doi.org/10.21170/geonorte.2024.V.15.N.50.258.274>

Paes, Renata da Cruz; Sarmiento, Priscila Sanjuan de Medeiros; e Pontes, Altem Nascimento. "Análise da cobertura de sites jornalísticos da América do Sul, Europa e Ásia sobre os povos indígenas atingidos pela UHE Belo Monte". *Intercom: Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação*, v. 44, n. 1, p. 103-129. 2021. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202115>

Ribeiro, Darcy. *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

- Ribeiro, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Círculo dos Livros, 1985.
- Steinen, Karl Von Den. *O Brasil Central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- Zhour, Andréa (Org). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.
- Sajeva, Giulia. *Anthropocene: new encounters, old patterns. A few comments on payments for ecosystem services*. *Soft Power* vol. 7, n. 1: p. 69-88, 2020. <http://dx.doi.org/10.14718/SoftPower.2020.7.1.4>
- Santos, Antônio Bispo; Mayer, Joviano. "Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos". *Indisciplinar*, v. 6, n. 1, p. 52-69, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.26241>
- Silva, Aretuza da Cruz. "O massacre de 1951 e a resistência dos Pataxós meridionais". Monografia apresentada ao curso de História da Universidade do Estado da Bahia. Lauro de Freitas, 2010.
- Souza Lima, Antônio Carlos de. "Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista em seu estado de formação". Dissertação de mestrado em Antropologia Social. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.
- Souza Lima, Antônio Carlos de. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil". In: Oliveira Filho, João Pacheco de (Org.). *Sociedade indígenas e indigenismo no Brasil*, p. 149-205. Rio de Janeiro: Marco Zero, UFRJ, 1987.
- Souza Lima, Antônio Carlos de. *Um grande cerco de paz*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- Turner, Terence e Fajans-Turner, Vanessa. "Political Innovation and Inter-Ethnic Alliance: Kayapo Resistance to the Developmentalist State". *Anthropology Today*, vol. 22, p. 03-10, 2006.. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2006.00458.x>
- Turner, Terence. "The Social Dynamics of Video Media in an Indigenous Society: The Cultural Meaning and the Personal Politics of Video-making in Kayapo Communities". *Visual Anthropology Review*, vol.7, n. 2, p. 68-76, 1991,. DOI: <https://doi.org/10.1525/var.1991.7.2.68>
- Turner, Terence. "Kayapo Plan Meeting to Discuss Dams". *Cultural Survival Quarterly*, vol. 13, n. 1, 1989. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/ourpublications/csq/article/kayapo-plan-meeting-discuss-dams>. Último acesso em 01 dezembro 2024.
- Umbuzeiro, Antônio e Umbuzeiro, Ubirajara. *Altamira e sua história*. Belém: Ponto Press, 2012.

Vidal, Lux. "A pintura corporal e a arte gráfica entre os kayapó-Xikrin do cateté". In Vidal, Lux (Org.). *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*, 143-190. São Paulo: EDUSP, 2000.

Vieira, Regina. *O jornal Porantim e o indígena*. São Paulo: Annablume, 2000.

Weissermel, Sören. The (Im)Possibility of Agonistic Politics: The Belo Monte Dam and the Symbolic Order of Dispossession. *Geoforum*, v. 126, p. 91-100, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.07.014>

Xikrin Bepkyi e Bollettin, Paride. "Reappropriating the Trincheira-Bacaja Indigenous Land". *Visual Ethnography*, v. 11, n. 1: p. 149-162, 2022. <http://dx.doi.org/10.12835/ve2022.1-109>

Xikrin Bepkyi, Xikrin Katopore e Bollettin Paride. "Mebengokré experience of Bahia". *AntHropologicas Visual*, v. 10, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.51359/2526-3781.2024.263899>